Nacionalidade como metáfora: fronteira (possíveis?) entre Literatura e História

José Luiz Foureaux de Souza Júnior[1]

Resumo: O presente texto defende a possibilidade de se delinear outras perspectivas da leitura da nacionalidade, considerada enquanto metáfora cultural de uma realidade político-social. O artigo não desenvolve em profundidade a análise das narrativas referidas, pela simples razão de que se quer apenas problematizar a questão. A teorização implícita refaz os encaminhamentos até aqui realizados pelos estudos de História e historiografia, apontando para possibilidades do exercício crítico dessa escrita no campo do literário numa perspectiva absolutamente independente dos parâmetros positivistas. Sem se deter em pormenores de ordem teórica, esse artigo apresenta pontos de vista diferenciados para a leitura do "cânone" tomado como uma construção discursiva da crítica, sem o poder de definir ou. mesmo legitimar a produção ficcional de qualquer autor. Assim, a leitura que se produz a partir desse operador, a "nacionalidade" não referenda o cânone já estabelecido, mas busca demarcar o campo de consolidação de cânones outros, que são fruto de leituras e releituras, a partir de "protocolos" que tornam a operacio-nalizar os mesmos conceitos.

Palavras-chave: narrativa, nacionalidade, leitura, crítica, identidade cultural.

Abstract: The present text defends the possibility to delineate other perspectives to the reding of the nationality, considered while cultural metaphor of a political-social reality. The article doesn't develop in depth the analysis of the referred narratives, for the simple reason that is just wanted to problematize the subjetct. The implicit theorization re-does the directions here accomplished by the studies of History and historiography, appearing for possibilities of the critical exercise of that writing in the literary's filed, into a absolutely independent perspective of the positivistists parameters. Without stopping in details of theoretical order, that article presents point of view differentiated for the reading of the "canon" taken as a criticism's discursive construction, without the power to define or to

[1]Professor de Literatura Luso-Brasileira do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Outro Preto-MG. doutor em Literatura Comparada pela UFMG e pesquisador do CNPq.

define or to legitimate any author fictional production. Like this, the reding that is produced to leave of taht operator, the "nationality" doesn't alredy countersign the canon established, but it looks for to demarcate the field of other canons consolidation, that they are fruit of readings and re-readings, starting from "protocols" that turn the operational utilization of the same concepts.

Key-words: narrative, nationality, reading, critic, cultural identity.

É comum começar um artigo com um ponto de discussão, às vezes original, nem que seja na proposição de uma idéia ou, mesmo de uma hipótese de trabalho. Aqui não vai acontecer isso, porque o que desejo discutir é uma possibilidade, entre tantas outras, de voltar a um ponto já conhecido. O perfil teórico da questão da identidade em sentido genérico e de sua específica utilização metodológica a que se refere a nacionalidade da/na literatura não vai ser aclarado. No entanto, falarei, ainda que de maneira não absolutamente explícita, dessa questão: a identidade nacional da/na literatura no Brasil. Problema intrincado, um "cipoal", como disse, em outra oportunidade, o Professor Flávio Loureiro Chaves. Meto-me nesse cipoal, por acreditar que dele poderei sair um pouco mais convencido de que essa não é uma questão pacífica nos estudos literários no Brasil. A aparente falácia dessa afirmação, que guarda um sabor de *dejà vu,* não me intimida. A proposta de fundo é retomar essa discussão, ainda não desgastada por completo, para lançar as bases de sua continuidade, na busca que tenho tentado desenvolver dos possíveis caminhos literários que essa identidade nacional tem perseguido na Literatura Brasileira, ainda que eu não insista na utilização dessa última expressão.

Convém lembrar que, na verdade, o trabalho que aqui começa inscreve-se no campo das interlocuções possíveis entre Literatura e História. Acredito, nesse sentido, que um dos campos de interlocução propostos e "delimitados" pela literatura que toma uma significação especial para mim é aquele que se constitui a partir do diálogo com a História. Por isso mesmo, não posso deixar de confiar no fato de que é nesse contexto que a História da Literatura parece encontrar uma certa legitimidade, fazendo voltar à cena preocupações antes tomadas como "canónicas", no pior sentido do termo. Esse retorno explica o desejo de se circunscrever esse contexto como campo de reflexões sobre o próprio texto literário, problematizando o estatuto da literatura como o discurso produzido e colocado em circulação por instituições e práticas muito específicas e particulares de leitura e escrita. Daí a liberdade de tematizações e de recortes que esse mesmo exercício proporciona. Cabe, então, formular uma pergunta que pode servir de vetor de orientação para os raciocínios argumentativos que vão se desenvolver:

Onde a fronteira se é que ela existe entre história e ficção? Perguntando de outro modo: entre as muitas formas de narrativa, onde estabelecer a linha divisória se é que ela pode ser traçada entre os diversos tipos de histórias inventadas e uma história que pretende ostentar estatuto de cientificidade, apresentar-se enquanto episteme, inscrever-se entre as formas "sérias" de conhecimento, candidatar-se à conquista de alguma verdade exterior a seu próprio discurso, alguma verdade sobre o que narra, narrando e ao mesmo tempo tentando explicar o objeto que aborda?[2]

[2]PESSANHA, José Américo Motta. História e ficção: o sono e a vigília. *In:* RIEDEL. Dirce Cortes. **Narrativa: ficção e História.** 1988, p. 282.

Em certo sentido, fica implícita a certeza de que se trata aqui de um exame marcado pela delimitação de uma possível fronteira entre História e Literatura. E claro que não quero utilizar essa fronteira como uma separação, mas como ponto que determina uma convergência em que a obra literária aparece como um operador não em seu próprio demérito, é claro! da possibilidade de tal intervenção de uma atividade (a Literatura) na outra (a História) e vice-versa. Nesses termos, cumpre afirmar que, quanto a essa "relação de fronteira":

> "Só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários de processo inteipretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno".[3]

A afirmação de Antonio Candido confirma os passos que tenho dado. O caráter de "integralidade", que marca a interlocução entre Literatura e História, como o próprio autor afirma, se faz a partir de um "jogo" dialético. Em outras palavras, é no discurso crítico, que a interpretação constrói, que se constitui a referida interlocução. Logo, não pode haver uma superposição de discursos que separe as famigeradas fronteiras para apontarem numa direção terceira. Nesse sentido, é possível aceitar como acertadas, as considerações da crítica literária brasileira, quando afirma o valor e a qualidade do Regionalismo de 30 como um dos momentos fundamentais de nossa literatura. Esse momento pode, mesmo, ser considerado fundamental para essa análise das obras a que me refiro se considerarmos o que segue:

[3] CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** 1980. **p.** 4.

> "Diretas, claras, já sem exigirem qualquer análise mais sofisticada para serem referidas ao contexto histórico em que surgem, as principiais obras escritas pelos romancistas de 30 tomam por tema a realidade econômica, social e política das várias regiões geo-econômicas do país, criticam as estruturas vigentes e insinuam soluções. Em Graciliano Ramos como José Lins do Rego, em Jorge Amado como em Erico Veríssimo e nos demais, o que se vê é a nova face de uma nação que, esquecendo o passado, olha decididamente o futuro. Talvez com uma ingenuidade e com um otimismo exagerados, como se perceberia décadas mais tarde".[4]

O raciocínio de José Hildebrando Dacanal parece direcionar a questão da nacionalidade para os aspectos mais candentes e - porque não? - correntes, abordados pela crítica. No entanto, cumpre chamar a atenção para o traço de regionalidade que marca a literatura da década de 30. Esse é o ponto que, para mim, importa mais. Digo isso porque acredito que pensar a nacionalidade da literatura no Brasil é uma atitude que tem que respeitar as variações regionais; a expressão não diz tudo o que poderia ser dito. Esse traço de particularidade confere ao processo identitário uma "diferença" em relação a outros similares, repetir o jargão da extensão territorial e, mesmo, dos problemas sociais, políticos e econômicos que disso provêm, não basta. O caso da literatura sul-rio-grandense é paradigmático. Não parece casual que apenas o nome de Erico Veríssimo, de maneira generalizada, apareça associado ao Regionalismo, ao romance de 30. Não vou discutir esse aspecto agora. Destaco-o com a finalidade de não apenas subscrever as idéias do comentarista, mas acrescentar mais um dado na extensa galeria de variáveis que podem ocorrer numa leitura desse importante momento da historiografia literária. Penso que, para além das fronteiras delineadas pelo regionalismo, existem outros direcionamentos possíveis para a questão da identidade. Retomo esse caminho, já tradicional, por acreditar em sua eficácia ainda que relativa, sempre no levantamento de traços e peculiaridades que têm me auxiliado no trabalho que venho desenvolvendo.

Evito utilizar as expressões "literatura brasileira" e/ou "literatura nacional" de propósito, uma vez que expressões desse tipo identificam, apenas tangencialmente, meu ponto de discussão: o estabelecimento do conceito de nacionalidade nos estudos literários realizados no Brasil. Esse processo nos remete à idéia de plausibilidade na reflexão sobre literatura enquanto um exercício de fundação, ainda que ficcional, de uma nacionalidade. Há que atentar para o que segue:

> "Essas observações partem de dois pressupostos, um de ordem genérica em princípio, a literatura deve se alimentar dos motivos sugeridos pelo local onde aparece outro dirigido às áreas emergentes, às quais compete mais do que nunca dar vazão a essa propriedade da literatura, pois se beneficia artisticamente com tal realização. Ganha sobretudo em autenticidade, ao extrair temas de matéria que "verdadeiramente lhe

[4] DACANAL. José Hildebrando. **O romance de 30.** 1982. p. 43. Grifos do autor.

> pertença"; e alcança maior valor, ao evidenciar a originalidade de sua produção".[5]

Pegando uma carona na argumentação de Regina Zilberman, já que ela está, nesse trecho, referindo-se ao trabalho realizado por Ferdinand Dennis e Almeida Garrett, no que se pode considerar uma "divulgação" da Literatura Brasileira. A carona me leva por um bom caminho porque, em certa medida, estou falando do mesmo assunto, por meios diferentes. As observações dos dois autores estudados por Regina Zilberman cabem como uma luva para a argumentação que tento sustentar. Os dois direcionamentos que podem ser delineados pelas referidas observações o papel de divulgadora de particularidades regionais, desempenhável pela literatura e o aproveitamento desse desempenho pela Literatura Brasileira, no contexto de referência dos dois autores citados são os mesmos que podem me auxiliar. O trecho citado reforça a atenção que se tem de dedicar aos detalhes, às particularidades e o partido que, a partir desses elementos, a leitura pode tonar para a sua visada crítica. Não se pode simplesmente estacar na idéia de "cor local" como fator determinante da "pertença" a que se refere Regina Zilberman. Logo, os outros meios a que me referi vão sendo encontrados e/ou construídos pelas diversas leituras que se fazem ao longo de uma história literária. Essas leituras, é claro, inauguram novos olhares para o mesmo ponto, ou seja, definem novas possibilidades de atualização da própria produção literária em sua "nacionalidade". Recorro a Ortega y Gasset, para quem o conceito de nacionalidade tem origem no momento histórico em que um povo se transforma em nação, ou seja, no momento em que determinado grupo social começa a partilhar um ideal humano e a empreender um projeto para o futuro. Nesse sentido, a nação é um povo que amadureceu e que começa a se pensar em termos de um ideal a respeito do que significa ser homem, e de um destino histórico, logo "o espírito da nacionalidade pode ser definido (de forma mais negativa, mas exata) como o espírito que faz com que as pessoas sintam, ajam e pensem sobre uma parte de qualquer sociedade como se essa parte fosse o todo social."[6] Tomando essas idéias como orientação, teremos um longo percurso de revisão dos processos críticos de leitura da constituição de nossa nacionalidade literária; não apenas no sentido crítico, como também e, principalmente, no historiográfico. Nesse sentido, parece-me interessante contrapor a essa idéia inicial, uma outra, que faz ressaltar um aspecto importante nessa/dessa situação: a temporalidade. A referência implícita aqui remete à idéia de "grande temporalidade", de Bakhtin. Creio ser possível pensar a nacionalidade como um processo de superposição de temporalidades distintas, processo esse que se realiza através do embaralhamento de fronteiras interiores e exte-

[5]ZILBERMAN. Regina. A **terra em que nasceste.** 1994, p. 73.
[6]ORTEGA Y GASSET. **Europa** y **la idea de nación.** 1966, p. 16.

riores. Essas fronteiras remetem à primeira afirmação desse artigo, relativa à literatura de 30. Lá, à parte o fato de se ter tomado o Regionalismo como operador "canónico" da referida nacionalidade literária, outros escritores colocavam e colocaram à disposição da mesma crítica um acervo literário diferente do regionalista, mas igualmente "nacional". E o caso de Lúcio Cardoso, Cornélio Penna e do próprio Dyonélio Machado, colocados à margem do processo regionalista de denúncia das diferenças do/no nacional, mas, a meu ver, tão importantes quanto os demais.

Numa tentativa de explicação, posso afirmar que, no início do século, o foco temático da Literatura Brasileira era a busca de elucidação de problemas particulares da realidade nacional e, nos anos 60, a busca de transcendência em relação à censura, sendo que ambas as movimentações "ideológicas" fizeram da literatura um porta-voz corajoso e ousado de um projeto identitário. No entanto, a Literatura Brasileira dos anos 30 contava com um certo otimismo advindo das sucessivas propostas revolucionárias que o Modernismo tratou de sufragar. A primeira metade do século, em termos de produção literária, primou pela preocupação com o desenho da nacionalidade, ainda que marcada pela suscetibilidade forçada, diante do poder autoritário do Estado Novo e das repetidas tentativas de definição do nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento industrial do país, principalmente. Os reflexos dessas situações sobre a Literatura Brasileira são evidentes demais para serem negados gratuitamente. Nesse vaivém de mudanças e retrocessos, a Literatura Brasileira foi desenhando um percurso que, se não foi plano e desimpedido, não pode ser acusado de omisso, uma vez que imprime um vigor considerável à discursividade, digamos, combatente desse período. Tanto a produção regionalista quanto a intimista são provas desse vigor que, apesar das adversidades um tanto alheias ao fazer literário em si mesmo, se estabeleceu como marca de nossa produção literária.

Numa outra perspectiva, a de sondagem de interioridades atormentadas, como se costuma dizer esses escritores tematizavam o nacional pela via da subjetividade em conflito com a coletividade. Nem por isso, acredito, eles podem ser considerados "marginais" ao processo, digamos, nacionalista que pode ser detectado no regionalismo de 30. No caso do romance intimista tomo romance intimista como "sub-gênero do romance; conceito desenvolvido em minha tese de doutoramento *(Caleidoscópio de vestígios e fragmentos:* visões da literatura intimista no Brasil), pode-se dizer que há um exercício de resgate de uma identidade esfacelada, apesar de marcadamente pessoal, que não se encerra na subjetividade de seus narradores. O contexto da época está presente, seja em referências diretas, seja através de imagens que o texto apresenta.

O romance intimista parece encontrar, no Brasil, espaço fértil para desenvolver a compulsão de seus autores pela escrita. E possível afirmar que a primeira metade do século XX, na literatura, também é marcada por uma preocupação com a descrição ficcional de uma subjetividade que é explicitada narrativamente. Tal atitude também explicita um paradoxo: nos anos 30, o romance regionalista denuncia disparidades sócio-econômicas e Lúcio Cardoso, com uma ficção também "regionalista", mas num sentido diferenciado, volta-se para as angústias do sujeito, causadas pela decadência de uma família outrora poderosa. A referência ao passado dinamiza a preocupação de cunho

memorialista, o que pode ser percebido na história contada em *Crônica da casa assassinada,* que pode ser tomada como uma tentativa de resgatar um patrimônio cultural que está se perdendo com o passar do tempo. A pluralidade dos relatos nesse romance conforma um coro de vozes que falam das subjetividades que se encadeiam na trama da história e pedem voz para falar de seus processos de constituição. Clarice Lispec-tor, as iniciais dos nomes dos dois autores são espelhadas, como a dizer que suas realizações narrativas podem ser lidas como um exercício espelhado de uma mesma prática identitária, realiza uma literatura praticamente metafísica, em que a linguagem ganha *status* de personagem para articular um discurso identitário. Lya Luft, na mesma linha de raciocínio, pode ser lida como uma cronista de seu tempo, retomando o fio começado por Lúcio Cardoso. Um dos pontos essenciais da obra de Lya Luft se constitui nas rememorações do passado da própria escritora, metaforizado pela narrativa de suas personagens-narradoras. A linguagem, no entanto, trai essa preocupação quando, saindo do particular, alcança o universal, representado pela recorrência aos temas morte e identidade fragmentada no passado, que são significantes importantes na constituição de uma identidade. O que permeia as narrativas de Lya Luft pode também ser considerado o significante de um traço constitutivo da Literatura Brasileira, escrita enquanto registro de sua própria construção identitária.

A reconstrução nem sempre organizada do passado, a tentativa de documentação de uma época, o esboço de um retrato do sujeito, tudo isso se mistura num caleidoscópio de impressões que, na urdidura ficcional de uma história a ser contada, acaba por configurar um quadro, um desenho. Esse é o cunho mais diferenciado do romance intimista. Nele a relação com a História sofre um redimensionamento, uma vez que o resgate da memória, mesmo que individual, traz consigo a dimensão social da narrativa, os traços de uma intervenção no circulo da cultura que faz da diferença um elemento de analogia entre as subjetividades que dialogam na narrativa romanesca. Tais elementos se encaixam nessa tradição narrativa, por mais que possam ser caracterizados como autobiográficos, pois se misturam á reflexão sobre a própria realidade.[7] O romance intimista coloca-se como ponto de fusão entre a reconstituição histórico-cultural de um passado nacional, servindo de elemento de identificação de uma história nacional e a narração de uma história intima, num espaço rememorativo. Tal fusão é obtida pela intensidade da narrativa que expressa o desejo de transcender o dado real, a formação da nacionalidade através do mergulho em realidades intimas, subjetivas.

Isso leva a pensar no que diz um estudioso da Literatura Brasileira sobre esse momento, marcado por uma certa aura de transição, que identifica o processo identitário, tal como era representado pela literatura dos anos30:

> "Por esse tempo, surgiam ou cresciam, entre nós, os fundamentos iniciais para o estabelecimento de condições em que a originalidade e a forma de expressão se produzissem. Só a partir da terceira

[7] MIRANDA. Wander Melo. **Corpos escritos.** 1992, p. 145-148.

> década do século XX. entretanto, tais condições se completariam, de sorte a permitir autenticidade em nossas manifestações literárias".[8]

À parte o fato de que esse raciocínio está marcado por uma visão um tanto europeizada, fruto talvez da orientação de sabor marxista, do pensamento do autor, não posso negar a pertinência de sua observação. Dela cabe destacar a idéia de que é na década de 30 que se pode pressupor uma certa "originalidade" da produção literária brasileira. Aqui, essa originalidade ecoa a idéia de nacionalidade (portanto, de uma identidade nacional) que ganha consistência a partir do Regionalismo.

Cabe também chamar a atenção para a "extensão" desse projeto identitário, que encontra rastros ainda no Romantismo. Podemos considerar que o Modernismo reedita o projeto romântico da "fundação" da nacionalidade de nossa literatura, sem se atrelar como pedra de toque, apenas ao quadro político-econômico, mas dele se servindo para se sustentar. Essa argumentação se respalda na crença de que a identidade nacional, qualquer que seja o sentido da expressão, pressupõe sempre uma continuidade, uma disponibilidade permanente em função da "alimentação" dessa mesma identidade. Nesse sentido, pode-se valorizar a idéia de que o conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de reconhecimento do que de conhecimento. A busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre. Talvez por isso mesmo, a busca de esboço do perfil da identidade nacional da literatura produzida no Brasil, tenha um certo temor desse "novo" que pode ser representado, por exemplo, por uma literatura considerada marginal, pelos cânones críticos. Nesse sentido, a procura e a gradual descoberta do nacional em literatura levam à constituição de um espaço hierarquizado que inclui o que vai se caracterizando como verdadeiramente nacional e exclui o que não chega a se caracterizar como tal. Formam-se, assim, as ordens canónicas de autores e textos que vão aos poucos definindo a tradição literária brasileira. Essa tradição se constitui e se identifica por toda uma produção textual que pode ou não ser escolhida como parte do referido cânone, na medida em que grupos institucionais poderosos de leitores e usuários da produção literária (leitores, críticos, editores, professores, alunos) nela identificam certos valores culturais e assumem a função de preservá-la, seja submetendo-a a uma infinita atividade de interpretação, seja promovendo a sua inclusão no que se chamou aqui de cânone. De qualquer maneira, maneira essa sistemática e constitutiva de parâmetros para uma avaliação crítica do processo de constituição de uma nacionalidade literária, faz pensar no papel do crítico como incentivador da leitura, como formador de um gosto que leva ao processo de constituição e sedimentação de uma consciência literária, operador do processo de nacionalização.

Tal posicionamento me leva a considerar a hipótese de tomar esse processo de

[8] SODRÉ. Nelson Werneck. Obra citada. 1982, p. 522-523.

construção da identidade nacional na/da literatura do Brasil, como um processo simbólico que se volta necessariamente para o futuro, para o que pretende criar (= construir), muito mais que para o passado, o que aconteceu. Retomando a hipótese do projeto romântico de nacionalidade, não se pode negar que "os românticos brasileiros devem partir de uma posição diversa daquela ocupada por seus colegas europeus".[9] Essa posição só pode existir como projeto, como prospeção; que é o que parece ser confirmado pelo próprio projeto modernista. Esse crítico, imerso no referido processo, tem ou assume o papel de analisar, julgar, afirmar e defender o que quer que seja a nacionalidade da Literatura Brasileira. Esse raciocínio nos remete às considerações - que confirmam o nosso raciocínio, na afirmação de Antonio Candido:

> "(...) a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, tradu zida em estilos), que liga uns a outros".[10]

Nos termos colocados por Antonio Candido, a literatura nacional é aquela que se pode considerar como literatura empenhada ou, em outras palavras, aquela literatura que toma a si a "missão"[11] de constituir a nacionalidade através de sua representação ficcional. Desse ponto, é possível vislumbrar um posicionamento, digamos, crítico em relação ao posicionamento de Antonio Candido. Trata-se da análise de Haroldo de Campos[12] que, apesar de se voltar especificamente sobre a questão das origens da literatura brasileira, não deixa de apresentar alguns argumentos interessantes para um desdobramento posterior da exposição aqui desenvolvida. Em outras palavras, a hegemonia do modelo oitocentista, implícita na argumentação crítica de Antonio Candido, realça uma perspectiva histórica de cunho evolutivo-linear, apoiada na idéia de uma literatura como sistema, o que, aqui, assegura o caráter nacional de nossa literatura. Nesses termos, a formação e desenvolvimento de uma literatura "nacional" provoca um impacto sobre a tradição da literatura brasileira. A relação entre essas duas posições pode oferecer, para a discussão aqui proposta, uma digressão sobre a alteridade. Isso é possível se pensarmos que é plausível a consideração da tradição dos estudos literários, principalmente no que se refere às especulações sobre a nacionalidade como caráter da literatura brasileira como uma tradição do compromisso. Essa "tradição" se preocupa com a formação canónica do nacional literário brasileiro mediante a força discursiva originária, voltada à assimilação, de um lado, negando conflitos e polaridades (tanto interna quanto externamente); de outro, efetivando

[9] ORTIZ. Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 1994, p. 262.
[10] CANDIDO. Antonio. **Formação da literatura brasileira.** 1981. v. 1. p. 23.
[11] Conferir: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão.** São Paulo: Brasiliense. 1985.
[12] Conferir: CAMPOS. Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira.** 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado. 1992.

mediações para que a própria nacionalidade se constitua quase como uma "terceira margem". Não posso me esquecer de que a tradição, por mais consistente e sustentada que seja, guarda uma certa marca de "invenção". Assim, vale considerar que:

> "Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualiza-ção, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. Ele é ainda em grande parte desconhecido. (...) E mais difícil descobrir essa origem quando as tradições tenham sido em parte inventadas, em parte desenvolvidas por grupos fechados (onde é menos provável que o processo tenha sido registrado em documentos) ou de maneira informal durante um certo período (...)".[13]

Aparentemente, as idéias de Hobsbawn parecem contraditórias em relação ao raciocínio anterior. Ao mesmo tempo, parece estar havendo um deslocamento do eixo de atenção que, paradoxalmente, faria com que minhas reflexões quisessem desdizer o que a tradição crítica da Literatura Brasileira explicita. Nem uma coisa nem outra. O que me parece interessante é constatar que as idéias de Hobsbawn encontram eco em nossa história literária, uma vez que não se pode negar que, de certa forma especificamente no caso de Gregório de Matos e do Barroco, essa falta de documentalidade, ao que parece, pode ser considerada patente. Por outro lado, o próprio Regionalismo oferece a crítica literária à carta que faltava no baralho: a série literária que deixava clara as suas intenções de denúncia e crítica. No meio das duas "linhas de força" desse pensamento, volto a insistir em minhas anotações de pé de página que encontram, elas sim. o respaldo necessário para ganharem um pouco mais de sustentação.

Isto posto, é possível pensar num "estilo" nacional da literatura produzida no Brasil. Esse "estilo" se origina do compromisso entre características universais e a relativa diferenciação no interior de um modelo de literatura e de cultura, de origem européia, através da incorporação de elementos específicos, tais como a tropica-lidade ou a miscigenação. Esse estilo pode tocar, de novo, numa espécie de *feedback* no que eu disse em relação à tradição, sendo necessário salientar que esta é formada também por escritores que estruturam, com rigor formal, mundos imaginários que deixam transparecer o significado de uma ética cultural em sua complexidade fragmentada e multifacetada. Assim, a tradição que aponta para um certo sentido de nacionalidade é uma ordem discursiva hierarquizada que se apresenta, em um dado momento, como sendo histórica e trans-histórica, eterna e temporal, completa e incompleta. E um sistema discursivo consistente e completo em qualquer momento histórico que pode, paradoxalmente, ser indefinidamente completado e modificado pela interferência de novas contribuições individuais. Nesse sentido, pode ser iluminadora a seguinte definição:

[13] HOBSBAWN. Eric. A **invenção das tradições.** 1984, p.12.

> "(...) o intuito do discurso é constituir o terreno onde se pode decidir o que contará como um fato na matéria em consideração e determinar qual o modo de compreensão mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos. A etimologia da palavra discurso, derivada do latim *discursere,* sugere um movimento 'para a frente e para trás' ou um 'deslocamento para e para lá'".[14]

Falar de áreas discursivas que se incluem e se excluem, com a mesma elasticidade, é falar de áreas de dominação ideológica. No entanto, é necessário entender ideologia e dominação ideológica no sentido mais amplo de vigor discursivo originário e precursor de novos discursos que, a partir delas, se produzem, que falsificam ou não o real, de certa maneira, dependendo da perspectiva adotada. Mais uma vez, faz-se necessário acrescentar que "(...) discurso, numa palavra, é quintessen-cialmente um empreendimento *mediador.* Como tal, é ao mesmo tempo interpretativo e pré-interpretativo; é sempre *sobre* a natureza da própria interpretação e *sobre* o tema que constitui a ocasião manifesta de sua própria elaboração".[15]

Note-se que o autor destaca o aspecto de mediação e de superação do discurso, no sentido não de negar o juízo interpretativo anterior, mas de alcançar-lhe um passo adiante e um passo acima. Essa "topografia" da ação do discurso leva a pensar que o discurso recobre sempre um sentido outro que deve e vai ser desvelado. Nesse movimento de constante recobri-mento e desvelamento, a História se faz e a literatura realiza a sua performance. De qualquer maneira, basta afirmar que a ideologia tenta falsificar o real que não corresponde a interesses particulares, distorcendo esse real com uma inversão que o faça aparentar aquilo que não é. Logo, a ideologia terá sucesso na medida em que, com essa inversão, o real possa ser tomado por sua falsa representação. Toma-se a imagem pelo fato, o reflexo pelo original. Essa definição de ideologia, como uma falsificação das reais condições de existência, implica a possibilidade de um lugar não ideológico do saber, a partir do qual ela possa ser denunciada. O problema epistemológico que se coloca em relação a um tal conceito torna-se manifesto quando se adota uma estratégia de suspeita em relação ao lugar do saber proposto e suposto.

Para completar minha reflexão, destaco duas outras concepções de ideologia. De início, destaco Louis Althusser, que define a ideologia não como uma representação falsa da realidade, mas como uma "representação" da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência.[16] Nesse sentido, a ideologia deixa de ser apenas uma representação possível para um conteúdo qualquer (as condições reais de existência) para se fazer o lugar da relação estabelecida entre esse mesmo conteúdo e o sujeito que a explici-

[14] WHITE. Hayden. **Trópicos do discurso.** 1994, p. 16.
[15] Idem, p. **16-17.**
[16] ALTHUSSER. Louis. **Posições. 1977.** p. **106-115.** Esse recurso, antes de mais nada, visa à colocação da questão da ideologia num sentido mais filosófico que político, *stricto sensu.* Costumo dizer, quando assim utilizo esse conceito, que o estou tomando como conjunto de idéias que, articuladas, me levam a pensar um pouco mais além do que está sendo dito. apenas um conjunto de idéias.

ta. A ideologia passa, então, a representar a própria estrutura de representação eterna e sem história. A outra possibilidade de abordagem do conceito de ideologia é a que é apresentada por Paul Ricoeur. quando afirma que a "ideologia é mais algo em que os homens habitam e pensam do que uma concepção que possam expressar (...). Ela opera através de nós mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos".[17] É somente no contexto de "função" integradora que atua pelo imaginário social que a ideologia pode ser considerada como caminho de constituição de um processo de dominação, quando um grupo de poder social procura a sua legitimação fazendo, consciente ou inconscientemente, uso dessa função de integração para se colocar num centro de poder. E nesses termos que me parece necessário repensar o processo de constituição de uma nacionalidade literária. Penso assim, uma vez que, a partir do que já foi dito anteriormente, no início de minha reflexão, a definição de nacionalidade na/da Literatura Brasileira sempre passou por grupos legitimadores utilizando critérios convencionados por seus interesses, em nome de uma "cultura nacional". Para tentar confirmar essa hipótese, recorro à seguinte argumentação:

> "A proposição do problema da existência ou não da cultura brasileira está ligada à definição de um espaço histórico-cultural determinado que é, objetivamente, o teatro de um movimento global de produção e reprodução de condições básicas da existência humana material e espiritual. Há que considerar-se também que um povo é sempre o produto de seus efeitos e suas realizações e, ainda, parte integrante da natureza, de uma natureza com características próprias, com a qual dialoga no espaço e no tempo, mo-dificando-a e modificando-se constantemente a si mesmo".[18]

Esse "efeito" de modificar-se a si mesmo, quando se preocupa com o nacional, faz do sujeito crítico um elemento que, na verdade, está buscando esclarecer a si mesmo enquanto participante disso que se convencionou chamar de cultura nacional. E nesse sentido que a referência a Paul Ricoeur é consistente, uma vez que ele remete à idéia de que, ao fazer História, o sujeito conta, narra a sua própria história. Não podia ser diferente com a Literatura. A particularidade da busca de uma identidade nacional para a literatura passa, obrigatoriamente, por esse "falar de si" que recobre o exercício crítico da leitura do processo identitário.

Faz-se necessário afirmar que o característico, na formação canónica do nacional literário, é o que se convencionou chamar de tradição da ruptura, ou seja, a força discursiva originária que atua em "textos culturais" voltados para a construção da nacionalidade literária. Esses “textos culturais" acabam por reafirmar as tradições ideológicas que atuam e

[17] RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias.** 1977. p. 71-73.

[18] VILLAS-BOAS, Glaucia. Cultura brasileira - sub-cultura europeia e/ou mera noção ideológica? **Revista Ciência e Cultura.** 1980. p. 1447.

se manifestam de diversas formas, nos mais diversos tipos de textos literários. Para "fechar" esse raciocínio, recorro a uma outra corrente de reflexão que remete a Octávio Paz, no que refere especificamente à postulação de uma "tradição das rupturas"; reflexão que reclama um novo olhar sobre a idéia de tradição e de ruptura, quase que em separado:

> "(...) dentro da estética da ruptura característica da modernidade e do modernismo, nas vezes em que fomos buscar o traço forte da tradição, ou até mesmo o traço pouco vincado, nos aproximamos mais e mais de uma poesia, de uma produção poética que se desliga do social enquanto dimensão do histórico vi-venciado pelo poeta. Isso às vezes pode beirar e muitas vezes beira o neoconservadorismo".[19]

Num terceiro momento dessa reflexão, cabe pensar numa possibilidade "operacional" de refletir sobre a questão da nacionalidade, nos termos em que é apresentada aqui. Essa tentativa se sustenta no fato de que. tomando a nacionalidade como uma questão complexa, não podemos prendê-la a um período, a uma realidade particular, a apenas uma época da história literária. No entanto, não posso deixar de me referir, mesmo que *en pas-sant,* a um escritor paradigmático para a análise das questões aqui levantadas: Machado de Assis. Mesmo que o objetivo não seja a análise particularizada desse autor e de sua obra, é possível, a partir dela, elaborar a seguinte generalização: o que caracteriza o escritor que constrói a nacionalidade literária não é a ênfase na "cor local", mas a posse de um "sentimento íntimo" que torne esse escritor um sujeito, digamos, contextualizado, ainda que se volte sobre assuntos fora das fronteiras desse mesmo contexto. Nesses termos, conclui-se que é o tratamento temático, ou seja, a forma que incorpora temas diversificados, que se faz a mais importante realização a ser efetivada pelo referido "sentimento íntimo". Trata-se duma perspectiva adquirida num contexto cultural que, sendo diferente de outras perspectivas, modifica toda obra que compõe, ao impregná-la com seu poder diferenciador. Essa marca, deixada pelo sujeito na obra, depois de ser inscrita no sujeito pela cultura, é que constitui o traço de nacionalidade que se manifesta em cada ato de criação.

Esse movimento me leva a pensar em alguns outros nomes que poderiam funcionar como uma nova referência para o estudo da nacionalidade: Antonio Candido, Ignacio de Loyola Brandão, Herbert Daniel e, mesmo Caio Fernando Abreu, Carlos Süssekind e Carlos Heitor Cony, para citar apenas alguns. O que me parece importante destacar aqui é o fato de que não é mais possível estudar a História da Literatura, ainda que numa visada particular como a do processo identitário, a partir de uma "tradição" já canonizada. Em outras palavras, os nomes dos autores utilizados como referências e não sei porque não dizer como exemplo tem que mudar. Os parâmetros são

[19]SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra.** 1989. p. 112.

outros, na verdade. Os temas, as realizações, as motivações e os resultados vão sendo construídos ao sabor mesmo da leitura. Foi-se o tempo que se tomava a obra como um objeto intocável. Benjamin já desfez esse mito. Não há originalidade que supere o desejo da descoberta, é claro, com rigor e cuidado.

Trata-se aqui, a meu ver, de uma combinação, uma articulação entre ideologia e originalidade. Quanto a essa segunda, pode-se dizer que não é jamais pensada em termos de oposição entre original e cópia, mas em termos de uma arte combinatória, o que permite deslocar a originalidade do contexto criativo ou meramente estético para um contexto ideológico. Em certo sentido, a literatura, principalmente a que se escreve sobre e a partir de uma "nacionalidade", reafirma a amplitude de seu caráter "poético", no sentido da *poiésis* platônica, que pode ocorrer em qualquer lugar onde esteja o *poietés:*

> "(...) o conceito de criação é muito amplo, já que seguramente tudo aquilo que é causa de que algo (seja o que for) passe do não ser ao ser é *criação,* de sorte que todas as atividades que entram na esfera de todas as artes são criações; e os artesãos destas são criadores ou poetas (poi-etés)".[20]

Será que é exagero associar essas observações ao contexto semântico de ideologia proposto aqui? Não se pode deixar de perceber um traço do ideológico na consideração do "poeta" como alguém que catalisa as "atividades que entram na esfera de todas as artes". Nesse sentido, como definir uma particularidade poética (no sentido etimológico do termo) que não tenha sofrido uma influência da marca do sujeito criador? Por conseqüência, essa não é uma maneira plausível de detectar traços ideológicos na criação artística *latu sensu?* De qualquer maneira, nacionalidade e ideologia, particularmente, no que se refere à literatura, não conseguem, por si sós, dar conta da infinidade de problemas que criam. Nessa direção, é possível apontar aqui para a possibilidade de abrir espaço para pensar na "formação do homem" através da literatura. Utilizo uma expressão de Antonio Candido, para tentar delinear um atalho plausível, considerando o caráter, ao mesmo tempo individual e coletivo do exercício ideológico de ler a literatura como uma prática outra de construção do que estou chamando de identidade nacional. Nesse sentido, cumpre considerar que:

> "(...) há no estudo da obra literária um momento analítico, se quiserem de cunho científico, que precisa deixar em suspenso problemas relativos ao autor, ao valor, à atuação psíquica e social, a fim de reforçar uma concentração necessária na obra como objeto de conhecimento; e há um momento crítico, que indaga sobre a validade da obra e sua função como Síntese e projeção da experiência humana".[21]

A questão da obra e da "experiência

[20]PLATÃO. Banquete *apud* BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte.** 1986. p. 14.
[21] CANDIDO. Antonio. A literatura e a formação do homem. **Revista Ciência e Cultura.** 1992. p. 804.

[22]BARRENTO, João. **História literária.** 1986, p. 113.

humana", articuladas no exercício da leitura, pede uma concentração no perfil multifacetado que essa mesma prática suscita. Por outro lado, os dois momentos, analítico e crítico, apontam para a atenção que se deve dar à realização literária como um complexo multifacetado de referências, em grande parte, alheias à própria natureza do literário. A articulação desses problemas com o exercício da crítica pede por uma ajuda não especificamente literária, digamos, interdisciplinar. Essa é uma exigência objetiva e necessária, que vai requerer auxílio de conhecimentos especializados para "construir" um objeto ou para resolver problemas "definidos". A cooperação de especialistas de vários campos acaba resultando num trabalho coletivo a partir das individualidades combinadas. A interdisciplinaridade, então, faz-se uma proposição ideológica, isto é, falsa no que pretende designar e sintomática em relação à realidade representada. Essa realidade corresponde às relações existentes há muito tempo entre certas disciplinas, bem como às relações que se tenta constituir entre antigas e novas disciplinas. Um exemplo dessas relações pode ser dado entre a Literatura e a História. Nessa direção, a interdisciplinaridade é considerada uma crítica à especialização que recusa uma ordem institucional dividida, setorializada. Essa é uma exigência não apenas dos estudos literários, em particular. Trata-se de uma exigência do percurso reflexivo das Ciências Humanas; da superação do "saber" disciplinar e disciplinado no sentido pejorativo do termo, para evitar uma espécie de suicídio acadêmico, que se revela numa prática de cunho hiper-especializado. Para dar consistência a essas considerações é necessário tomar o texto literário como uma escrita que esboça um espaço de significação em que um saber (descentrado e particular) rearticula os elementos de uma nacionalidade possível. A reabilitação da História, aqui, interage na paisagem crítica em que essa relação se inscreve, lutando contra a fixação de uma idéia única a respeito de nacionalidade e, ao mesmo tempo, deixando transparecer a fragmentação da contemporaneidade, que privilegia o múltiplo, o diferente, o outro. Concluindo:

> "(...) a experiência histórica de um autor e de seu tempo, contida nos textos literários e cifrada de forma específica, não constitui, em si mesma, qualquer coisa investida de significado; pelo contrário, ela só se torna realmente significante na relação com um sujeito leitor e com as suas experiências específicas, enraizadas no seu próprio presente".[22]

Colocadas as três possibilidades de encaminhar a questão da nacionalidade literária, a origem, o caráter ideológico e a abordagem interdisciplinar, o problema da definição de nacionalidade permanece irrespondido. Considerando que o conceito de nação é relativamente recente na história da humanidade e - porque não? - paradoxalmente, velho, pode-se concluir que sua "definição" é, antes de mais nada, produto de conjunturas históricas particulares, regionais ou localizadas. Nesse sentido, o conceito de nacionalidade não pode ser reduzido a uma dimensão única, seja ela política, cultural ou de outra natureza.

Não há como "isolar" o caráter dessa questão. Por conseqüência, qualquer afirmação que vise ao estabelecimento de parâmetros mínimos de análise ou de critérios de avaliação está, em sua essência, ideologicamente marcado. Assim, não só a literatura, nem só a História, cada uma a seu tempo e isoladamente, podem dar conta da interpretação da nacionalidade. Seria essa, talvez, a grande missão da História da Literatura, enquanto campo de investigação que privilegia essa interlocução tão desejosamente eficaz. Como diz Marisa Lajolo:

> "E, assim, duplo o perfil da história da literatura: parte de fina malha institucional, é também instância discursiva. E no rastro desta dualidade que ela, a história da literatura, torna-se fundadora de sentidos e inscreve-se em contextos maiores, fazendo parte de instituições às quais cabe constante redefinição dos protocolos vigentes entre vida cultural (particularmente vida literária) e sentido de nacionalidade (...), a história da literatura é, diale-ticamente, parte e todo (...). Tarefa de Sísifo, o projetos da escrita de uma história dos vencidos, dos marginalizados, das minorias, das mentalidades, da moda ou da vida privada não substituem (...) a história dos vencedores e das maiorias, a história econômica, a história social e a história política; ao invés de cancelá-las, articulam-se a estas, sendo o resultado dessa articulação uma percepção mais clara do des-centramento (ou do multicentra-mento?) da formação discursiva resultante. (...) o escritor da história, historiador chamado, recorta, seleciona, elege. A constituição do objeto da história não se faz pela sagração de um destes textos (como legítimo) e a exclusão dos outros (como falsos): dialeticamente, cada um com cada outro e todos entre si correspondem à visão (fragmentada) do real que é possível construir-se em diferentes momentos".[23]

[23]LAJOLO, **Marisa et alii. História da Literatura.** 1994, p. 23-24.

Aqui se inscreve a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar. Essa interlocução discursiva, aqui chamada de interdisciplinaridade, se propõe a um exercício de composição que tem por objetivo equacionar um intrincado problema em que variáveis, as mais diversas, se misturam, produzindo resultados os mais diversificados. De qualquer maneira, o desenho da nacionalidade é alheio a qualquer tentativa de totalização e/ou de documentalida-de. Esse desenho é apenas uma tentativa de descortinamento de semelhanças em que não há elementos idênticos, com o qual se faz uma passagem da superfície, lugar da singularidade, da diferença, da multiplicidade para o centro, lugar do essencial, do genérico, da unidade.

Não estaria nesse aparentemente insolúvel impasse a oportunidade de intervenção da Literatura Comparada como agente transformador dos procedimentos críticos na leitura da metáfora da nacionalidade? Afirmar essa nacionalidade a partir de cânones tradicionais, ainda que criticamente lidos e interpretados, não me parece muito útil e procedente. Tentar elaborar um conceito de originalidade, como marca de nossa nacionalidade literária, reduz drasticamente as possibilidades criadas (e sustentadas!) ao longo da própria história literária. É urgente pensar numa estratégia de abordagem crítica que não deixe de lado o que a tradição refugou e que privilegie o novo, o diferente. Desafio para a Literatura Comparada urgente e difícil, porque toca em idiossincrasias, mexe em convicções, desestabiliza certezas que, antes, eram inabaláveis e, hoje, não podem ser mais que pontos de referência para a continuidade dos estudos essencialmente críticos.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Posições.** Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

BARRENTO, João (Org.). **História Literária: problemas e perspectivas.** Lisboa: apaginastantas, 1986.

BOS1, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações.** São Paulo: Ática, 1987. Série Fundamentos, 18.

CAMPOS. Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira.** 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 6.
ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.l.

__ . A literatura e a formação do homem.
Revista Ciência e Cultura. São Paulo: SBPC. 1972, n. 24, v. 9, p. 803-809.

__ . Literatura e Sociedade. São Paulo:
Nacional, 1965.
CHAVES, Flávio Loureiro. **História e Literatura.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991. Síntese universitária, 4.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições.** Tradução de Celina C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Coleção Pensamento critico, 55.

MALLARD. Letícia et alii. **História da Literatura: ensaios.** Campinas: Ed. Uni-camp. 1994.

OLIVEN, Ruben George. A cultura brasileira e a identidade nacional na década de oitenta.

Revista Ciência e Cultura. São Paulo: SBPC, 1982, n. 34, v. 8, p. 1032-1036.

ORTEGA Y GASSET. **Europa** y **la idea de nación.** Madrid: Revista de Ocidente S.A., 1966.

ORTIZ, Renato. **O guarani: um mito de fundação da brasilidade.** Revista Ciência e Cultura. São Paulo: SBPC, 1988, n. 40, v. 3, p. 261-269.

PLATÃO. Banquete, apud BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte.** São Paulo: Ática, 1986.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 71-73.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SODRÉ. Nelson Werneck. **História da literatura brasileira.** 7. ed. (atual.). São Paulo: Difel, 1982.

VILLAS-BOAS, Glaucia. Cultura brasileira - subcultura européia e/ou mera noção ideológica? **Revista Ciência e Cultura.** São Paulo: SBPC, 1980, n. 32, v. 11, p. 1441-1450.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios dobre a crítica da cultura.** Tradução de Alípio C. de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

ZILBERMAN, Regina. **A terra em que nasceste: imagens do Brasil na literatura.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. Síntese universitária, 41.